

## História da Educação Indígena no Brasil: percursos de pesquisas

*Circe Fernandes Bittencourt*<sup>1</sup>

### Resumo

Este artigo faz um balanço da história da educação indígena produzida por pesquisas acadêmicas e publicações em livros e revistas nas últimas décadas no Brasil, considerando ser esta uma temática recente de estudos históricos sobre a educação e diversidade étnicas e culturais. O levantamento realizado, sem ser exaustivo, buscou identificar os momentos e os lugares selecionados pelos pesquisadores a partir do processo de colonização europeia a os tempos contemporâneos em que se apresentam políticas e práticas que possibilitam a transformação de uma *educação para os indígenas*, com objetivos integracionistas e civilizatórios, em uma *educação escolar indígena* voltada para a manutenção das diversas culturas, de suas línguas tradicionais e de seus territórios. Identifica os diferentes lugares acadêmicos nos quais as pesquisas tem sido realizadas e as peculiaridades e diversidades dos pesquisadores

<sup>1</sup> Universidade de São Paulo/Pontificia Universidade Católica de São Paulo.  
Contato: [circe@usp.br].

indigenistas e indígenas, assim como aborda mudanças das tendências historiográficas articuladas à produção da antropologia e da linguística. Destaca nas pesquisas selecionadas as formas de abordagem quanto à diversidade cultural, as questões de alteridade e da permanência ou de possibilidades de superação de metodologias etnocêntricas.

### Palavras chave

História da educação, Historiografia, educação para os indígenas, educação escolar indígena.

### Abstract

*This article takes stock of the history of indigenous education produced by academic research and publications in books and magazines in the last decades in Brazil, considering this to be a recent theme of historical studies on ethnic and cultural education and diversity. The survey carried out, without being exhaustive, sought to identify the moments and places selected by researchers from the process of European colonization to contemporary times in which policies and practices are presented that allow the transformation of an education for the indigenous, with integrationist objectives and in an indigenous school education focused on the maintenance of diverse cultures, their traditional languages and their territories. It identifies the different*

*academic places in which research has been carried out and the peculiarities and diversities of indigenist and indigenous researchers, as well as the changes in historiographical trends articulated to the production of anthropology and linguistics. It emphasizes in the selected research the ways of approach regarding cultural diversity, the issues of alterity and permanence or possibilities of overcoming ethnocentric methodologies.*

### **Keywords**

*History of education, Historiography, education for indigenous people, indigenous school education.*

### **Introdução**

Balanços sobre história da educação no Brasil indicam um crescimento significativo de pesquisas sobre a história da educação escolar, com destaque ao aumento, entre o final de 1990 às primeiras décadas do século XXI, da história da educação escolar e diversidade étnica. Constata-se, no entanto, que as pesquisas sobre história da educação indígena são pouco numerosas em relação às que se dedicam à educação dos afro-descendentes ou da educação escolar de filhos de imigrantes (Schelbauer, 2007; Bittencourt, 2016). Pode-se também identificar, pelos levantamentos, que as investigações sobre a história da educação dos povos indígenas diferem das demais

produções historiográficas pela diversidade de conceitos e abordagens que as embasam, assim como pelas características diferenciadas dos seus pesquisadores.

Neste levantamento, cujo objetivo não é ser exaustivo, busca-se apresentar algumas das peculiaridades das investigações sobre a história da educação indígena e os desafios enfrentados pelos pesquisadores, considerando que se trata de estudos que envolvem uma população composta por uma diversidade de grupos ou etnias que vivem ainda hoje em diversas regiões do Brasil, falantes de cerca de 279 línguas e pertencentes a 305 etnias. Acrescenta-se ainda às diversas exigências e dificuldades de estudos educacionais sobre diversidade cultural, que a produção historiográfica sobre os indígenas no Brasil é ainda pouco numerosa, limitada a determinados grupos e regiões e seu crescimento é relativamente recente junto aos historiadores brasileiros.

Considerando as dificuldades e quase impossibilidade de um balanço exaustivo sobre as pesquisas sobre história da educação indígena no Brasil, este texto limita-se à análise da produção realizada no período de 1980 a 2017, momento em que se ampliam os cursos de pós-graduação no país nas áreas de ciências humanas em geral e, em particular, de educação. Também foram selecionadas pesquisas que serviram como referência e para o desencadeamento de novas perspectivas de abordagem.

Entre os anos de 1970 e 1980 tem início, ainda de forma incipiente, estudos educacionais interdisciplinares nas áreas de

Antropologia, Linguística, História e Pedagogia que tem possibilitado intercâmbios sobre a educação indígena sob diversas temáticas e estas características as diferenciam das demais tendências sobre história da educação e, em particular da história da educação escolar no Brasil. Cabe ainda destacar que as aproximações entre as áreas decorreram de propostas inovadoras da educação escolar sob a iniciativa do próprio movimento indígena com apoio de várias ONGs, assim como por setores da Igreja Católica, em particular do CIMI (Conselho Indigenista Missionário). Tais iniciativas também estão articuladas às reformas educativas latino-americanas que debatiam, desde 1970, novos paradigmas para a escolarização das sociedades indígenas. Foi o período em que muitas comunidades indígenas americanas desenvolveram sua «autoconsciência cultural e consciência étnica» no processo de revitalização de suas próprias culturas e fortalecimento de identidade política, pois

[...] cada vez mais os povos indígenas percebem a afirmação de suas culturas tradicionais como parte integral de sua resistência política à perda de suas terras, recursos e poderes de autodeterminação (Turner, 1991: 2).

Nesta mesma época ampliaram-se os debates políticos sobre o futuro das sociedades indígenas no Brasil que passaram a ter maior expectativas ao se vislumbrar o fim do regime ditatorial instalado desde 1964, e se intensificaram após 1985, no decorrer da elaboração da nova carta constitucional para o país. O novo

panorama político possibilitava a ampliação dos Direitos dos Povos Indígenas brasileiros, sendo que ficou visível a rejeição à integração e uniformização como política pública educacional para as sociedades indígenas. Resultou desse movimento político a introdução na Constituição Federal Brasileira de 1988 de garantias de direitos educativos e linguísticos e, dentre eles, pelo Capítulo VIII, artigo 210 foi «facultado às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem» (Brasil, 1988).

Neste contexto foi possível, portanto, a implementação de escolas indígenas não integracionistas e o debate educacional ganhou nova dimensão, tornando-se objeto de maiores estudos por parte de setores acadêmicos com trabalhos conjuntos de pesquisa e ampliação de estudos de pós-graduação em várias universidades do Brasil. Associavam-se às pesquisas reflexões sobre as práticas de formação de professores indígenas e o acompanhamento de experiências escolares em comunidades (estudos de campo) e produção conjunta de materiais didáticos, escritos e visuais, que tornaram-se fundamentais na conceituação desse novo sistema educacional.

Para este levantamento nos referenciamos em bases conceituais que fundamentam os diferentes processos educativos vivenciados pelos diversos grupos indígenas ao longo de sua história. Assim, tornou-se fundamental distinguir os processos tradicionais de socialização e reprodução vividos pelas sociedades indígenas, a *educação indígena*, dos processos educativos decorrentes das situações de contato com as sociedades

colonizadoras, a *educação escolar para os indígenas* e, e *educação escolar indígena*.

### ***Educação escolar para os indígenas***

As pesquisas de historiadores da educação sobre os indígenas, em um primeiro momento, limitaram-se à temáticas obre a educação missionária efetiva dano período da conquista e colonização européia, especialmente a praticada pelos jesuítas a partir de sua chegada, em 1549, em terras do atual território brasileiro. Os estudos sobre a educação indígena centram-se nas estratégias de catequização nas missões criadas em diferentes regiões da colônia portuguesa: na costa leste atlântica de São Vicente/SP a Pernambuco, focando os séculos XVI e XVII; no Estado do Maranhão (criado em 1621) que abrange a grande extensão amazônica entre os séculos XVII e XVIII; e a ação dos jesuítas no território da bacia do rio da Prata, que abarca a região dos Sete Povos das Missões, nos séculos XVII e XVIII, incluindo territórios coloniais dos reinos da Espanha e de Portugal.

A partir do final da década de 1970, após vários estudos sobre a importância da atuação dos jesuítas na educação colonial tanto para os colonos das terras brasileiras como para a catequização civilizatória dos indígenas, teve início uma análise crítica aos missionários da Cia de Jesus em suas ações de imposição educacional evangelizadora e responsáveis pela destruição das culturas indígenas a serviço dos interesses econômicos das metrópoles européias (Neves, 1978; Paiva, 1982).

Alguns pesquisadores eram provenientes de uma renovação da História da Educação em universidades paulistas que, na década de 1970, ampliavam cursos de mestrados e doutorados em São Paulo (PUCSP, UNICAMP) e no Rio de Janeiro (URFJ). A história da catequese jesuítica foi mantida em alguns novos centros universitários, sendo que no início do século XXI, pesquisadores ampliaram estudos sobre a educação colonial centrados na atuação dos inicianos em várias regiões sob domínio português, conforme atesta o Dossiê *Educação Jesuítica no Mundo Colonial Ibérico (1549-1768)*, produzido como parte das atividades do Programa de Pós-Graduação da UFScar/SP. Deste Dossiê colaboraram estudiosos de diversas outras instituições de São Paulo, Rio de Janeiro, Pará, Paraná, Rio Grande do Sul sendo que o grupo de pesquisadores constituíam, à época, o Diretório de Pesquisa Educação, História e Cultura: Brasil 1549-1759 (Deshsubra). Neste dossiê, publicado em 2007, evidencia-se a continuidade de estudos sobre as atividades educacionais dos jesuítas e sua contribuição para a implementação de uma cultura *civilizada* em meio a uma sociedade colonial mestiça e escravocrata (Ferreira Jr, 2007). As atividades educacionais dos jesuítas são consideradas fundamentais para possibilitar a submissão dos indígenas a um sistema educacional racional e efetivo e, de maneira geral, evidenciam a eficiência e superioridade de uma educação colonialista quando comparada à fase posterior à expulsão da Cia. de Jesus nas áreas coloniais portuguesas.

Também pode-se observar inovações de abordagens quanto à educação indígena dos jesuítas no período colonial por outra geração de autores brasileiros integrantes de grupos de pesquisadores ibero-americanos. Destacam-se as pesquisas do historiador Arno Kern resultantes de sua atuação junto ao Grupo de Estudos sobre Missões Ibéricas, como a publicação *A educação do outro: jesuítas e guaranis nas missões coloniais platinas* em que situa as ações educacionais dos inicianos tanto lusos quanto espanhóis em seu sentido tanto de sínteses como de oposições culturais nas áreas de criação de *povoado reducional* nas bacias dos rios Paraguai, Paraná e Uruguai (Kern, 2004).

Cabe destacar que poucos trabalhos abordam a *história da educação para os indígenas* realizada por outras ordens religiosas na fase colonial, como o caso dos franciscanos em suas ações missionárias. O capítulo *Franciscanos na Educação Brasileira* de Luiz Conde Sangenis (2004) da série organizada pelas historiadoras Maria Stephanou e Maria Helena Bastos, *História e Memórias da educação no Brasil*, corresponde a um dos raros trabalhos sobre as atividades missionárias e educacionais desses religiosos junto às populações indígenas e estes foram atuantes em diversas regiões da colônia portuguesa. Nesta coleção, cuja proposta de suas coordenadoras, foi a de expressar «novos olhares sobre a história da educação» e «pluralizar possibilidades de leituras de experiências educativas e escolares» (Stephanou e Bastos, 2005) o capítulo inicial do volume I trata das concepções sobre educação dos navegantes europeus em confronto com a

educação das populações nativas. Com o título *Educação Autóctone nos séculos XVI ao XVIII ou Américo Vespúcio tinha razão?* a autora problematiza o conceito de educação tencionando o significado de *educar* e de *civilizar* no período de dominação cultural cristã nas terras americanas e apresenta as experiências educacionais das sociedades americanas, do aprender sem professor e do tempo de aprender (Caleffi, 2004). A Coleção apresenta como capítulo final, o de Maria Aparecida Bergamaschi no qual situa a educação escolar indígena em perspectiva histórica, com destaque às formas diferenciadas com que vem sendo de implementadas nas diversas comunidades e como tem circulado os conhecimentos do mundo ocidental e os das comunidades, concluindo que

A vitalidade e a potência indígena que persistiram e sobreviveram a cinco séculos de colonização se fazem visíveis nas escolas, tornando visível também o movimento dos diferentes grupos indígenas. (Bergamaschi, 2005: 413).

A *educação para os indígenas* no período posterior à expulsão dos jesuítas da colônia americana portuguesa tem sido abordada em pesquisas sobre as mudanças políticas decorrentes do projeto pombalino responsável pela criação do Diretório dos Índios (1755), que redefiniu o processo de integração das populações indígenas sob nova forma de aldeamentos comandados por homens de confiança do governo português. A nova proposta educacional para os indígenas estava articulada a

uma maior integração cultural e social, com incentivo à mestiçagem e inserção dos nativos nas políticas de defesa das novas fronteiras, notadamente as da região amazônica. Uma das medidas da nova política educacional foi a proibição do uso das línguas maternas indígenas e mesmo da Língua Geral (nheengatu) estimulada pelos jesuítas e a imposição da língua portuguesa nos aldeamentos (Almeida, 1997; Ferreira, 2009).

De maneira geral, pode-se identificar que as pesquisas sobre a educação para os indígenas na fase colonial foram, aos poucos, incorporando métodos da história sócio-cultural que ampliavam análises de diferentes fontes escritas. O historiador John Monteiro, ao tratar do trabalho escravo indígena (1994) e sobre o indigenismo na região sul da colônia (2001) forneceu subsídios metodológicos para leitura da documentação oficial da Câmara municipal de vilas coloniais pelos quais os interesses dos *colonos* podiam ser confrontados com os dos missionários sobre os índios aldeados e seu sistema educacional centrado, efetivamente, no trabalho a serviço dos colonos. Historiadores da educação, ao incorporarem as fontes da administração metropolitana, dedicaram-se a estudos mais pontuais sobre «as escolas dos jesuítas» nas terras paulistas e do sudeste da colônia, como o estudo de Custódio e Hilsdorf (1995) em que as autoras mostram que não existe comprovação sobre práticas do ensino do *bê-á-bá* em escola indígena e desmontam um dos mitos sobre a origem da cidade de São Paulo —a vila colonial que nasceu de uma escola para os indígenas em 1554.

A educação missionária ainda permanece em pesquisas recentes, mas sob novo referencial histórico que enfatiza as ações dos diferentes sujeitos em suas contradições assim como ultra passa as análises sobre a história dos vencidos e vencedores. Há a preocupação em situar os povos indígenas em suas diversas e particulares formas de resistência cultural, identificando suas etnias e sua condição histórica a qual os diversos grupos indígenas, de diferentes formas estabeleceram alianças políticas nas diferentes fases de contato e deslocam a ênfase na ação dos missionários para a dos indígenas, identificando a dinâmica das negociações constantes entre missionários e lideranças locais. (Londoño, 2012)

As pesquisas sobre a *educação para os indígenas* nas áreas das missões também foram realizadas por antropólogos seguidores da etno-história proposta por Bartomeu Melià (1993) e também contou com a participação de pesquisadores de outras áreas, incluindo os da linguística, que, dentre outros aspectos têm proporcionado o estudo de novas fontes para identificação o das diferenças culturais e históricas entre os grupos Guaraní, Tupinambá, Terena, Kaingang, Pataxó, Suruí. Há preocupação em caracterizar as etnias em situações econômicas e religiosas, suas alianças políticas e identificar como estabeleceram contatos com os colonizadores sob condições históricas diferenciadas, podendo-se, neste contexto, explicar as diversas formas de resistência à dominação dos colonos, dos administradores e dos próprios missionários em suas propostas educacionais (Cunha, 1992)

Os estudos sobre a *educação escolar para os indígenas* a partir da formação do Estado Nacional em 1822 não são numerosos assim como também a produção sobre a história dos indígenas na época monárquica cuja tônica maior tem sido a de apresentar as questões sobre direitos e *status* jurídicos dos índios nas formulações sobre as condições de cidadania dos brasileiros. No Brasil Império, os missionários foram reintroduzidos oficialmente no território brasileiro por meio do decreto nº 426/1845 que definiu o Regulamento das Missões estes se encarregaram dos *índios aldeados* e de sua educação formal, embora não tivessem a mesma autonomia da fase colonial. Assim, vários estudos sobre a educação para os indígenas, no período de 1845 a 1910, já sob o regime republicano, mostram que a *questão educacional indígena* ficou dividida entre o Estado e várias ordens religiosas católicas. Para as áreas aldeadas mantinha-se a expectativa de que suas culturas estavam em sua fase final e as práticas educacionais visavam *civilizar indígenas* e sujeitá-los ao trabalho escravo. (Cunha, 1992; Almeida, 2010)

Uma tendência mais recente da produção historiográfica é a de estudos locais e ou regionais dos diferentes povos indígenas das regiões amazônicas nos séculos XIX e início do século XX, sendo que as pesquisas estão vinculadas aos novos programas de pós-graduação, especialmente em áreas de História da Educação. De maneira geral tem se configurado sob novos marcos teóricos que possibilitam destacar os mecanismos de imposição sob o referencial da colonialidad é fundamentado em autores como

Castro Gomes e Anibal Quijano que trazem à tona os saberes indígenas em confronto com os da cultura ocidental europeia. É o caso dos estudos sobre educação para os indígenas em Mato Grosso realizado pelo Grupo de Pesquisa em Educação, História e Memória da Universidade Federal de Mato Grosso (Pesovento *et al.*, 2012).

Estudos sobre o período republicano são mais numerosos quanto às atividades das missões católicas, especialmente dos salesianos, nas quais as ações educativas, embora diversas de fases anteriores, correspondem, segundo alguns autores, a uma continuidade do período missionário colonial (Ferreira, 1992). Outros autores, no entanto, destacam diferenças fundamentais nas ações das missões dos salesianos ao estarem em contexto político diferenciado sob a coordenação de um estado republicano e por políticas de caráter laico com sob novas formas de alianças que se constituíram dentro de uma moderna fase capitalista e tornam-se responsáveis pela geração de novas formas de pressão e de extermínio da população e da cultura local.

Algumas pesquisas da área educacional têm enfatizado as singularidades das missões dos salesianos como o caso de pesquisadores de Universidades de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul que estudaram escolas salesianas para indígenas sob regime de internatos (Nakata, 2008). As pesquisas sobre a educação dos salesianos na região amazônica também têm se utilizado de fontes orais de antigos alunos desses internatos, notadamente com o levantamento da memória oral de militantes indígenas importantes na vida política e acadêmica, como Gersem

Baniwa, que foram alunos dessas escolas e pode-se, com maior variedade de fontes, construir uma história da educação para indígenas em que os conflitos, divergências e contradições dos setores religiosos, do Estado e grupos econômicos sejam explicitadas:

A aliança da Igreja com o Estado e com os grupos oligárquicos e proprietários locais proporcionaram as condições necessárias para a instalação da Ordem Salesiana no Rio Negro. Com o passar dos anos, os missionários deram-se conta do poder e violência dos comerciantes e caucheiros sobre os índios, ocasionando vários conflitos entre os religiosos e os seus aliados da primeira hora (Costa, 2011: 17).

Os estudos sobre as escolas criadas pelo setor estatal, Serviço de Proteção ao Índio-SPI e, posteriormente pela Fundação Nacional do Índio-FUNAI apresentam muitas das ambiguidades da oferta de uma educação integracionista para os indígenas e os pesquisadores tem se utilizado de fontes provenientes de vários lugares, desde relatórios oficiais da entidade que contou com a participação de famosos antropólogos como Kurt Nimuendaju (SPI), Darcy Ribeiro (FUNAI), aos próprios indígenas e suas memórias escolares. Várias pesquisas abordam as diferentes políticas adotadas pelos órgãos governamentais em suas relações com os programas de educação escolar, inclusive o caráter laico com o qual tanto o SPI e posteriormente a FUNAI estavam comprometidos. Estudos

mostramos acordos oficiais introduzidos para a ação missionária de evangélicos, notadamente norte-americanos, a partir dos anos de 1950 e acentuadas no período do regime militar dos anos de 1960 a 1970, por intermédio do *Summer Instituto Linguistics* (SIL), com projetos de bilinguismo junto às comunidades indígenas (Barros, 2004). Os estudos sobre o SIL despertaram também o interesse de vários linguistas que, dentre outros referenciais, introduziram as reflexões históricas de Jack Goody (1968; 1977) sobre sociedades agrárias e as transformações das relações de poder decorrentes da introdução de uma cultura escrita (Gomes, 2013).

### ***História da Educação Escolar Indígena***

As pesquisas sobre *história da educação escolar indígena* têm como objeto central a constituição das escolas nas aldeias a partir do final dos anos de 1970, tendo como princípios educacionais o bilinguismo e a atuação de professores indígenas nas salas de aula das suas comunidades. Trata-se de estudos que balizam as experiências escolares organizadas sob uma nova política pública no Brasil, concebida como um direito dos povos indígenas e ancorada em noções como diversidade, diferença, especificidade, bilinguismo e interculturalidade. As pesquisas consideram como princípio fundamental a abordagem de um novo modelo de escola nas aldeias, tendo como sujeitos centrais membros das próprias comunidades indígenas. Os recortes temporais situam as décadas de 1970/80 como momento inicial de



um processo inovador da prática educacional indigenista. (Ferreira, 1992).

As pesquisas sobre a educação escolar proposta e praticada nas aldeias e comunidades indígenas urbanas tem se ampliado e provocado o interesse de variados grupos de diferentes áreas. Antropólogos, linguistas, educadores historiadores tem sido os que mais se destacam e suas pesquisas se originam, majoritariamente, de experiências educacionais em comunidades indígenas (Silva e Ferreira, 2001; Grupioni, 2008). A partir da década de 1990 o tema tem sido analisado sob problemáticas das políticas indigenistas, mas também epistemológicas, considerando as transformações provocadas pela presença de escolas nas aldeias e o poder da comunidade em fazer-las instrumento a seu favor ou do risco de transformar-se em mais um dispositivo de integração à sociedade global. Pelo levantamento bibliográfico realizado no início do século XXI por Luis Grupioni (2003) foram identificadas cerca de oitenta teses e dissertações defendidas em diferentes áreas do conhecimento e por diversas universidades em fase de expansão de cursos de pós-graduação nas regiões centro-oeste, norte e nordeste do país. Pelo balanço de Grupioni (2003), havia continuidade de pesquisas nos centros mais tradicionais do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, mas também houve um crescimento em pesquisas na região sul do país, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul.

Há uma continuidade de temáticas relacionadas às agendas de políticas públicas educacionais indígenas, sendo que muitas delas se articulavam aos novos documentos oficiais para

implementação das escolas indígenas, como o Referencial Curricular Nacional para Escolas Indígenas (MEC, 1998). O marco histórico das pesquisas, muitas vezes, passou a ser a Constituição de 1988, considerada como base de uma política educacional pautada pelo respeito à diversidade étnica e cultural e pelo reconhecimento dos valores e saberes transmitidos pelos indígenas ao longo de muitas gerações. As pesquisas sobre a história da educação escolar indígena se ampliaram no limiar do século XXI à medida em que as escolas indígenas se tornavam mais visíveis e concretamente tornavam-se espaços de disputas que inauguravam uma nova forma das comunidades se relacionarem e enfrentarem o poder instituído. Para Bergamaschi (2005), é fundamental dedicar-se à história de cada um dos grupos, suas peculiaridades engendradas no interior de cosmologias próprias para que as histórias particulares das diferentes comunidades se articulem à temática da educação escolar indígena a partir das ações que caracterizaram as políticas públicas produzidas no século XX:

A abordagem das políticas públicas não se até apenas às ações governamentais, visto que os atores sociais, neste caso as comunidades indígenas a quem se destinam estas políticas, também são responsáveis por elas, na medida em que suas ações e proposições interagem com setores governamentais (Bergamaschi, 2005: 402).

No artigo *Nem «programa de índio», nem «presente de grego»: uma crítica a concepções teórico metodológicas em pesquisas sobre educação escolar indígena em Mato Grosso do Sul (1995-2001)*, seus autores, Leia Maciel e Giovani Silva (2009) destacam problemas de idealização nas análises sobre a educação bilíngue e intercultural nas escolas indígenas feitas até então. As pesquisas sobre a história da educação escolar indígena eram realizadas de forma predominante por antropólogos e linguistas e, para estes autores, tais pesquisadores centralizavam os debates apenas em torno do papel do professor indígena, conflitos entre a aprendizagem formal e tradicional, relação entre oralidade/escrita e mito/história. Para Maciel e Silva (2009) tais temáticas, apesar de serem importantes, estavam sendo tratadas de forma genérica e com uma divisão histórica linear e taxativa sobre o *antes* e o *depois* da chegada dos projetos alternativos de ONGs indigenistas e indígenas:

É como se professores, técnicos e gestores indígenas estivessem começando da «estaca zero», sem uma história das escolas em suas aldeias e sem atentar para o que eles próprios aprenderam a considerar o que seja adequado para o processo ensino-aprendizagem em outras épocas e que os influenciam até os dias de hoje (Maciel e Silva, 2009: 215).

Nos últimos anos, em grupos de pesquisas criados em universidades do interior do país, especialmente nos estados de Mato Grosso, de Mato Grosso do Sul e do Amazonas têm sido

desenvolvidos trabalhos sobre as populações locais cujo tratamento historiográfico e levantamento de fontes diversas tem sido retomado com mais ênfase para se entender as propostas e práticas de escolarização em andamento. Tais estudos mostram as diferentes formas de contato no processo de colonização assim como identificam situações particulares das populações indígenas em que as histórias das comunidades nas fases de contato indicam diferenciações quanto à política de implementação das escolas nas aldeias. Dentre os pesquisadores desta nova fase registra-se a atuação de indígenas em cursos de pós-graduação e este novo grupo tem possibilitado uma avaliação sobre o significado da escola diferenciada nas respectivas comunidades trazendo importante contribuição sobre a educação indígena tradicional (Angelo, 2008; Taukane, 1999).

Muitas das pesquisas recentes, financiadas por intermédio de projetos do Observatório da Educação Escolar Indígena (MEC/CAPEs), realizadas a partir de 2009, contaram com a participação de pesquisadores indígenas e não indígenas e, esta forma de participação identificou a necessidade novamente de se repensar a história da educação indígena sob as perspectivas dos diferentes momentos e lugares desse processo educacional. As pesquisas realizadas por vários centros universitários, como o da PUCSP/EHPS, iniciadas em 2009, centram-se em estudos sobre o significado do termo *educação indígena* para distinguir os processos históricos de socialização e de reprodução de uma ordem social vividos pelas sociedades indígenas, da «educação para os indígenas» e da «educação escolar indígena». Sob estas

concepções as pesquisas de vários grupos aprofundam os referenciais etnográficos, especialmente de Clifford Geertz (1989) tanto para o entendimento das representações projetadas pelos colonizadores quanto das versões das sociedades indígenas sobre as histórias de contato. Sob tais referenciais tem sido aprofundado cursos e seminários sobre procedimentos metodológicos para análises das diferentes fontes de pesquisa, destacando os referenciais do dialogismo de Bakhtin (1987) e de Ginzburg (2002).

O percurso das pesquisas sobre a história da educação indígena tem se mostrado como inovador e pesquisadores de diferentes centros de pesquisa seguem trilhas variadas, com referenciais diversos. As pesquisas sobre a *educação para os indígenas* têm se transformado sob a necessidade da aproximação entre historiografia e antropologia e tem produzido releituras sobre as relações entre as diferentes sociedades indígenas e os colonizadores. As investigações sob a problemática educacional ampliaram-se em diversos centros, aproximando, por vezes, lideranças e professores indígenas e lideranças acadêmicas e professores urbanos, notadamente para o estudo da história mais recente da *educação escolar indígena*. Para este momento histórico, muitos autores retomam as problemáticas das políticas educacionais e articulam procedimentos metodológicos da história educacional em contexto etnográfico no qual incluem estudos arqueológicos. História e memória também estão presentes em muitos dos trabalhos junto às comunidades e estes

em se tornado fundamentais para pensarmos o sentido da educação e da escola nas sociedades tecnológicas.

### ***Referências Bibliográficas***

- Almeida, Ma. R. (2010). *Os índios na história do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Almeida, R. de (1997). *O Diretório dos índios: um projeto de «civilização» no Brasil do século XVIII* (dissertação Mestrado). Universidade Nacional de Brasília: UNB/ DF.
- Angelo, F. N. (2008). “Protagonismo indígena no processo de inclusão das escolas no sistema oficial de ensino de Mato Grosso”. In Athias, R. (Org.). *Estudos indígenas: comparações, interpretações e políticas*. São Paulo: Contexto, pp. 45-60.
- Bakhtin, M. (1987). *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento. O contexto de François Rabelais*. São Paulo: HUCITEC.

- Bergamaschi, Ma. A. (2005) “Educação escolar indígena no século XX: Da escola para os índios à escola específica e diferenciada”. In Stephanou, M. (Org.). *História e Memórias da Educação no Brasil*, volume III, Rio de Janeiro: Vozes, pp. 401-415.
- Bittencourt, C. e da Silva, A. (2002). “Perspectivas históricas da educação indígena no Brasil”. In Prado, Ma. L. (Org.). *À margem dos 500 anos: reflexões irreverentes*. São Paulo: EDUSP, pp. 63-81.
- Bittencourt, C. (2016). “História da educação escolar: saberes e ações instituintes”. In Gasparello, A. e Villela, H. (Org.). *Educação na História- intelectuais, saberes e ações instituintes*. Rio de Janeiro: Mauad X, pp. 19-34.
- Brasil (1988). *Constituição Federal Brasileira de 1988, Capítulo VIII, Artigo 210*. Brasil (2002). Ministério da Educação. Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas, Brasília: MEC/SEF.
- Caleffi, P. (2004). “Educação autóctone nos séculos XVI e XVIII ou Américo Vespúcio tinha razão?”. In Stephanou, M. (Org.). *História e Memórias da Educação no Brasil*, volume I, Rio de Janeiro: Vozes.
- Costa, M. G. (2011). “Os povos indígenas do Alto Rio Negro/AM e as missões civilizatórias salesianas: evangelização e civilização”. In *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*, São Paulo: ANPUH.
- Cunha, Ma. C. da (1992). “Introdução a uma história indígena”. In Cunha, M. (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, pp. 9-26.
- Custódio, Ma. A. e Hilsdorf, Ma. L. (1995). “O colégio dos jesuítas de São Paulo (Que não era colégio nem se chamava São Paulo)”. In *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, numero 39, São Paulo: pp. 169-179.
- Ferreira Jr., A. (2007). “Educação Jesuítica no Mundo Colonial Ibérico (1549-1768)”. In Ferreira Jr. (Org.). *Em Aberto*, Brasília, volumen XXI, numero 79, Dez.
- Ferreira, C. (2009). *A educação nos aldeamentos indígenas da capitania de São Paulo no século XVIII (entre a expulsão dos jesuítas e as reformas pombalinas)* (dissertação de mestrado). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- Ferreira, M. K. (1992). *Da origem dos homens à conquista da escrita: um estudo sobre povos indígenas e a educação*

*escolar no Brasil*. (dissertação de mestrado em Antropologia Social). São Paulo: Universidade de São Paulo.

Geertz, C. (1989). *A Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico e Científico.

Ginzburg, C. (2002). *Relações de força. História, retórica, prova*. São Paulo: Cia das Letras.

Gomes, N. (2013). “Linguas Indígenas brasileiras: o caso do SIL”. In *Revista Ave Palavra*. Mato Grosso: UNEMAT.

Goody, J. (1987). *A lógica da escrita e a organização da sociedade*. Lisboa: Edições 70.

Grupioni, L. D. (2003). “A educação indígena na academia: inventário comentado de dissertações e teses sobre educação escolar indígena no Brasil (1978-2002)”. In *Em Aberto*, Brasília, volumen XX, numero 76, pp. 197-238.

— (2008). *Olhar longe porque o futuro é longe: cultura, escola e professores indígenas no Brasil* (tese de doutorado). São Paulo: Universidade de São Paulo.

Kern, A. (2004). “A educação do outro: jesuítas e guaranis nas missões coloniais platinas”. In Stephanou, M. (Org.). *História e Memórias da Educação no Brasil*, Rio de Janeiro, volumen I, Vozes.

Londoño, F. (2002). “Escrevendo cartas. Jesuítas, escrita e missão no século XVI”. In *Revista Brasileira de História*. São Paulo, volumen 22, numero 43, pp. 11-32.

Maciel, L. e Silva, G. (2009). “Nem ‘programa de índio’, nem ‘presente de grego’: uma crítica a concepções teórico-metodológicas em pesquisas sobre educação escolar indígena, em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (1995-2001)». In *Revista Brasileira de História da Educação*, numero 19, pp. 205-226.

Melià, B. (1993). “El Guaraní conquistado y reducido”. In *Ensayos de etnohistoria*. Asunción: Centro de Estudios Antropológicos de la Universidad Católica.

Mendes Barros, Ma. C. (2004). “A missão Summer Institute of Linguistics e indigenismo latino americano: história de uma aliança (1930 a 1970)”. In *Revista de Antropologia*, São Paulo, volume 47, número 1, pp. 45-85.

Monteiro, J. (1994). *Negros da terra: índios e bandeirantes nas*

*origens de São Paulo*. São Paulo: Cia das Letras.

- (2001). *Tupi, tapuias e historiadores: Estudos de História Indígena e do Indigenismo* (tese de livre docência). São Paulo: Universidade Estadual de Campinas.

Nakata, C. (2008). *Civilizar e educar: o projeto escolar indígena da missão salesiana ente os Bororo do Mato Grosso* (Tese de Doutorado). São Paulo: Universidade de São Paulo.

Neves, B. (1978). *O combate aos soldados de Cristo na Terra dos Papagaios: colonialismo e regressão cultural*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Paiva, J. Ma. (1982). *Colonização e catequese*. São Paulo: Cortez & Autores Associados.

Pesovento, A. et al. (2012). *História da educação indígena e colonialidade*, Cuiabá: EdUFMT.

Sangenis, L. F. (2004). “Franciscanos na educação brasileira”. In Stephanou, M. (2004.). In *História e Memórias da Educação no Brasil*, volumen I, Rio de Janeiro: Vozes.

Schelbauer, A. (2007). “Etnia e educação escolar: um breve balanço sobre o método de ensino”. In Saviani et al.

*Instituições escolares e reconstrução histórica*, Campinas, São Paulo: Autores Associados, pp. 209-228.

Silva, A. e Ferreira, M. (2001). *Antropologia, História e Educação: a questão indígena na sala e a na escola*. São Paulo: Global/Mari.

Stephanou, M.; Bastos, M. H. (2004). *História e Memórias da educação no Brasil*. Volume 1, secciones XVI-XVIII. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.

Taukane, D. (1996). *A história da educação escolar entre os Kurá-Bakaíri* (dissertação de mestrado). Cuiabá: Universidade Federal de Mato-Grosso.

Turner, T. (1991). “Da cosmologia à História: resistência, adaptação e consciência social entre os Kayapó”. In *Caderno de Campo*, Universidade de São Paulo, volume 1, numero 1.